



Exmo^o Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar Ambiente,
Energia e Ordenamento do Território

Deputado José Maria Cardoso

São Bento, 7 de Novembro de 2019

Assunto: Requerimento para a audição urgente do Exmo. Sr. Ministro do Ambiente e Acção Climática na sequência dos contratos de concessão para a exploração de Lítio em Montalegre.

Considerando que:

- No dia 28 de Março de 2019 foi assinado entre o governo e a empresa Lusorecursos Portugal Lithium um contrato de concessão para a exploração mineira de Lítio em Montalegre;
- A concessão de prospecção e pesquisa foi atribuída em 2012, à empresa Lusorecursos Lda, contrariamente ao que se encontra definido no artigo 26.º da Lei n.º 54/2015, 22 de Junho, “Os direitos de exploração de recursos geológicos são atribuídos, em regime de concessão, ao titular dos direitos de avaliação prévia, de prospecção e pesquisa”;
- O responsável pela empresa Lusorecursos Portugal Lithium, foi acusado pelo DCIAP por alegadamente ter desviado 10 milhões de euros de fundos comunitários;
- Foi assinado o contrato de concessão antes de ter sido elaborado a Avaliação de Impacto Ambiental, tendo sido apenas elaborado um estudo prévio que teve parecer negativo por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.
- A Estratégia Nacional para o Lítio, não foi alvo de Avaliação Ambiental Estratégica, apesar de ser obrigatória de acordo com a legislação e que é ferramenta de apoio à decisão no

âmbito do ordenamento do território, incluindo a participação activa dos cidadãos na abordagem estratégica e a avaliação antecipada dos impactos ambientais, económicos, sociais e culturais;

- Em declarações em plenário, o Ministro do Ambiente e Acção Climática ter afirmado que os interesses globais ambientais, são mais importantes que os interesses ambientais locais;

Face ao exposto, e atendendo ao facto de a actividade de exploração mineira possuir inúmeros impactos negativos no ambiente e na saúde pública, e ao facto de que todo o processo de concessão para a exploração de Lítio em Montalegre se encontra envolto em processos pouco transparentes, requeremos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, a realização de audição urgente com o Ministro do Ambiente e Acção Climática.

As deputadas e o deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Cristina Rodrigues

Inês de Sousa Real